

MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL (120) Nº 5031842-86.2021.4.03.6100 / 22ª Vara Cível Federal de São Paulo

IMPETRANTE: __

Advogado do(a) IMPETRANTE: SILVIO DE SOUZA GARRIDO JUNIOR - SP248636

IMPETRADO: PROCURADOR CHEFE DA PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL EM

SÃO PAULO, UNIAO FEDERAL - FAZENDA NACIONAL, DELEGADO DA DELEGACIA DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL (DERAT/SPO)

DECISÃO

Trata-se de Mandado de Segurança movido por __ em face do PROCURADOR CHEFE DA PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL EM SÃO PAULO e do DELEGADO DA DELEGACIA DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA DA RECEITA

FEDERAL DO BRASIL (DERAT/SPO), com pedido liminar, para o fim de determinar às autoridades coatoras que procedam, desde logo, ao encaminhamento dos débitos lançados no Relatório Fiscal da impetrante à Procuradoria e à imediata inscrição destes em Dívida Ativa. Impõe-se sejam ainda compelidas, liminarmente, a considerar a integralidade dos débitos constantes do Relatório Fiscal da impetrante para a transação prevista na Lei nº 13.988/2020 e regulamentada pelas Portaria PGFN nº 21.562/2020, Portaria PGFN nº 14.402/2020, cujo prazo para adesão foi reaberto pela Portaria PGFN/ME nº 11.496/21, ainda que não estejam lançados em Dívida Ativa, ou ainda que venham a ser incluídos em dívida ativa após 30/11/2021.

Aduz, em síntese, que a Portaria PGFN/ME nº 11.496/21 reabriu o prazo para ingresso no Programa de Retomada Fiscal no âmbito da Procuradoria da Fazenda Nacional. Afirma que apenas os débitos inscritos em dívida ativa poderão ser incluídos no referido programa. Dessa forma, pretende que os débitos lançados no Relatório Fiscal sejam encaminhados à Procuradoria e inscritos em dívida ativa.

Com a inicial, vieram documentos.

O comprovante de recolhimento das custas iniciais foi juntado no ID. 150099963 e anexos.

É o relatório. Decido.

Diante da reabertura de prazo promovida pela Portaria PGFN/ME nº 11.496/21, pretende a impetrante com o presente *mandamus* que este Juízo determine à Autoridade Impetrada a inscrição em dívida ativa dos débitos lançados no Relatório Fiscal, de forma que sejam incluídos no Programa de Retomada Fiscal.



Com efeito, nos termos do *caput* do art. 22 do Decreto-Lei nº 147/1967, a Receita Federal do Brasil terá o prazo de 90 (noventa) dias para encaminhar à Procuradoria da Fazenda Nacional os débitos em aberto para fins de inscrição em dívida ativa.

Art. 22. Dentro de noventa dias da data em que se tornarem findos os processos ou outros expedientes administrativos, pelo transcurso do prazo fixado em lei, regulamento, portaria, intimação ou notificação, para o recolhimento do débito para com a União, de natureza tributária ou não tributária, as repartições públicas competentes, sob pena de responsabilidade dos seus dirigentes, são obrigadas a encaminha-los à Procuradoria da Fazenda Nacional da respectiva unidade federativa, para efeito de inscrição e cobrança amigável ou judicial das dívidas deles originadas, após a apuração de sua liquidez e certeza. (Redação dada pelo Decreto-Lei nº 1.687, de 1979) (Vide Lei nº 10.522, de 2002)

A Portaria PGFN Nº 33/2018 disciplinou o procedimento para fins de inscrição de débitos em dívida ativa e, no art. 3º, regulamentou o disposto acima, tendo, de fato, a Receita Federal do Brasil o prazo de 90 (noventa) dias para, da data que se tornarem exigíveis, encaminhar à PGFN os débitos de natureza tributária, observado o disposto no § 1º:

Art. 3º Dentro de 90 (noventa) dias da data em que se tornarem exigíveis, os débitos de natureza tributária ou não tributária devem ser encaminhados pela RFB e demais órgãos de origem à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), para fins de controle de legalidade e inscrição em Dívida Ativa da União, nos termos do art. 39, § 1º, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1946, e do art. 22 do Decreto-Lei nº 147, de 3 de fevereiro de 1967. (Redação dada pelo(a) Portaria PGFN nº 660, de 08 de novembro de 2018)

§ 1º O prazo de que trata o caput tem início: (Redação dada pelo(a) Portaria PGFN nº 660, de 08 de novembro de 2018)

I - no caso de débitos exigíveis de natureza tributária, constituídos por lançamento de ofício, quando esgotado o prazo de 30 (trinta) dias para cobrança amigável, sem a respectiva extinção; (Redação dada pelo(a) Portaria PGFN nº 660, de 08 de novembro de 2018)

II - no caso de débitos exigíveis de natureza tributária, confessados por declaração, e no caso de débitos de natureza não tributária, findo o prazo de 30 dias fixado na primeira intimação para o recolhimento do débito; (Redação dada pelo(a) Portaria PGFN nº 660, de 08 de novembro de 2018)

III - no caso de débitos de natureza não tributária, pelo transcurso do prazo fixado em lei, regulamento, portaria, intimação ou notificação para o recolhimento do débito definitivamente constituído para com a União. (Incluído(a) pelo(a) Portaria PGFN nº 660, de 08 de novembro de 2018)

(...)

Encaminhados os débitos, a Procuradoria da Fazenda Nacional deve observar o disposto no art. 4º da sobredita Portaria, examinando os requisitos de liquidez, certeza e exigibilidade e, encaminhados eletronicamente, o exame será realizado de forma automatizada.

Art. 4º. Recebido o débito, a Procuradoria da Fazenda Nacional examinará detidamente os requisitos de liquidez, certeza e exigibilidade e, acaso verificada a inexistência de vícios, formais ou materiais, mandará proceder à inscrição em dívida ativa nos registros próprios, observadas as normas regimentais e as instruções expedidas pelo Procurador-Geral da Fazenda Nacional.

Parágrafo único. No caso de débitos encaminhados eletronicamente para inscrição em dívida ativa da União, o controle de legalidade de que trata o caput será realizado de forma automatizada, sem prejuízo de posterior análise, a qualquer tempo, pelo Procurador da Fazenda Nacional.



Assim, neste juízo de cognição sumária, reconheço que os débitos exigíveis com mais de 90 (noventa) dias, nos termos do art. 3º, *caput* e §1º da Portaria PGFN Nº 33/2018, constantes do Relatório Fiscal da Impetrante, devem ser encaminhados à Procuradoria da Fazenda Nacional para fins de inscrição em dívida ativa, que deverá observar o disposto no art. 4º da mesma Portaria.

Quanto aos outros débitos, não cabe ao Judiciário intervir no procedimento adotado pela Administração Pública, sob pena de interferência indevida de um poder sobre o outro.

Da mesma forma, em relação à inclusão dos débitos não inscritos em dívida ativa no Programa de Retomada Fiscal, não é dado ao Judiciário sobrepor-se à vontade do legislador, devendo ser observado os exatos termos da legislação, nesse ponto.

Isso posto, **DEFIRO PARCIALMENTE A LIMINAR** para determinar ao DELEGADO DA DELEGACIA DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL (DERAT/SPO) o envio à PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL, **no prazo de 10 (dez) dias**, dos débitos constantes do Relatório Fiscal da Impetrante, exigíveis com mais de 90 (noventa) dias, nos termos do art. 3º, *caput* e §1º da Portaria PGFN Nº 33/2018, para fins de inscrição em dívida ativa, observando, a partir daí, o disposto no art. 4º da citada Portaria.

Notifiquem-se as autoridades impetradas para o fiel cumprimento desta decisão, devendo ainda prestar as informações no prazo legal. Prestadas as informações, dê-se ciência ao representante judicial da pessoa jurídica interessada, nos termos do art. 7º, inciso II, da Lei n.º 12.016/2009, bem como ao Ministério Público Federal para o parecer, tornando conclusos para sentença.

Publique-se.

São Paulo, 10 de novembro de 2021.

